2.
MAIO · 2017

Ponte de Lima: do passado ao presente, rumo ao futuro!

FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA – O HOMEM E O LIVROS

FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA – THE MAN AND THE BOOKS

Neste breve artigo procuramos mostrar alguns dos hábitos de leitura do Cardeal Saraiva que encontramos na sua biblioteca. A partir deles perceber como os livros influenciaram o homem de cultura, o professor, o político e o religioso.

In this short article we try to show some of the Cardinal Saraiva reading habits we find in your library. From them understand how the books have influenced the man of culture, the teacher, the political and the religious.

BIBLIOTECAS PARTICULARES, CULTURA, LIVROS PROIBIDOS

PRIVATE LIBRARIES, CULTURE, PROHIBITED BOOKS

ANTÓNIO BARROS CARDOSO [1]

Frei Francisco de São Luís, futuro Cardeal Saraiva, ilustre Limiano, foi um dos maiores cultores das letras de finais do século XVIII e manteve-se ativo nesse como noutros campos, por boa parte do século XIX. De facto, Saraiva conheceu nos livros que leu e guardou na sua livraria toda a argumentação que o levou a pautar a sua conduta pela boa razão, ao invés do uso da razão particular. A mesma boa razão que conduziu a burguesia portuense de inícios do XIX a rechaçar as tropas francesas de Junot, em 1808, sem rejeitar a sua simpatia pelos valores que lhe serviam de estandarte, consubstanciados na expressão mais ouvida nessa época "*Igualdade, Liberdade e Fraternidade*".

Monge beneditino pelos dotes de cantochão e não pela via tradicional de entrada na prestigiada Ordem dos "Monges Negros", a nobilitação (o seu pai era notário em Ponte de Lima), cedo deu nota de inteligência superior. Aos oito anos já estudava latim na Vila mais antiga de Portugal, aos catorze aprendia Filosofia, em São Martinho de Tibães. Quando tinha 16 anos fez a sua profissão solene, com a designação monástica de Frei Francisco de São Luís[2]. Prosseguiu depois os seus estudos de Filosofia em Santo André de Rendufe e completou o curso de cultura clássica no Convento de Nossa Senhora da Estrela em Lisboa. Doutor em Teologia pela universidade de Coimbra, com apenas 25 anos, aos 28 já era medalhado com ouro pela Academia Real das Ciências. Ao mesmo tempo que subia os primeiros degraus do magistério universitário no Real Colégio das Artes, na cidade do Mondego. Discípulo do Historiador João Pedro Ribeiro, com ele foi aguçando o gosto pela diplomática portuguesa, pela filologia e despontava o bibliófilo e investigador que se revelaria anos mais tarde.

Evocamos aqui sobretudo o clérigo e o político não alheio ao romantismo que marcou os tempos e lugares por onde seguiu a sua existência. De facto, "um artista ao contempla-lo teria diante de si uma figura insinuante para com ela compor um tríptico" - com o político, o patriota e o revolucionário[3]. Na primeira aceção, Frei Francisco de São Luís aparece pela primeira vez na Junta Popular levantada no Minho, a fim de organizar a resistência de Portugal contra as forças de Napoleão Bonaparte[4], enfrentando as vicissitudes e perigos a que obrigam o fundo sentir da pátria. Mais tarde, assume novo protagonismo político quando Ferreira Borges, no próprio dia 24 de agosto de 1820, ecoava em proclamação pelas ruas da cidade do Porto o liberalismo, é "intimado" a participar na Junta Política que lhe deu corpo. O convite não foi consequência direta da sua participação no planeamento da revolta, Saraiva não fez parte do Sinédrio que, em surdina, desde 1817 congeminava a implantação do novo regime político. No entanto, foram as suas diligências que demoveram as forças militares minhotas a aderirem ao movi-

[1] PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO - DHEPI – DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ESTUDOS POLÍTICOS E INTERNACIONAIS DA FACULDADE DE LETRAS

[2] FERREIRA, ANTÓNIO – *O CARDEAL SARAIVA (UM GRANDE LIMIANO)*: PORTO, EDITORIAL DOMINGOS BARREIRA, 1948, P. 7.

[3] IDEM, *IBIDEM*, P. 101.

[4] IDEM, P. 102.

[5] RAMOS, LUÍS A. DE OLIVEIRA – *O CARDEAL SARAIVA*: PORTO, INSTITUTO DE ALTA CULTURA/FACULDADE DE LETRAS, 1972, P. 87.

[6] Idem, *Ibidem*, p. 90-91.

[7] Cardoso, António M. de Barros – *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís*: Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1995, p. 261.

mento[5]. A par deste importante contributo, a sua presença naquele órgão da revolução liberal, foi recebida pelos restantes membros da Junta como garantia oferecida à faixa da população mais reticente na adesão ao movimento, por temerosa de que se deslizasse para situações de extremismo. A sua participação naquele órgão dirigente era, pois, penhor de que se concretizariam os propósitos declarados de se convocarem cortes para se elaborar uma constituição, conforme à religião e costumes nacionais, afastando-se assim o fantasma da anarquia. De resto, a ação inteligente do monge bento conseguiu ganhar o apoio dos poderes de Lisboa para a causa, objetivo primeiro da Junta do Porto. A par, impedia o poder castrense de depurar a cúpula do movimento da sua componente civil[6]. Saraiva não empunha armas, serve-se apenas da sua pena, a arma mais ágil que conseguiu manejar e foi grande a sua importância no erguer do primeiro período do liberalismo português: É da sua autoria o "Manifesto às Nações da Europa" onde se explicam as razões do movimento de 24 de agosto e sai igualmente da sua pena a carta dirigida ao rei D. João VI, ausente no Brasil, onde se lhe dá nota, com detalhes de minúcia, dos propósitos do poder político saído da revolta portuense.

O seu fascínio pelo serviço da rés pública leva-o a integrar a Regência do Reino e a estar presente na abertura das primeiras Cortes Constituintes que consagraram a separação dos poderes executivo, legislativo e judicial, em oposição ao absolutismo concentracionista desses mesmos poderes. De facto, Saraiva tinha bebido na leitura das obras de John Locke e de Montesquieu, ou nos livros que guardava na sua livraria sobre a Revolução Americana esses princípios, de resto já vertidos no texto constitucional do país vizinho (Constituição de Cádis - 1812) textos que ele guardava nas suas estantes, neste último caso, norteador do anteprojeto da nossa primeira constituição redigida pelo próprio punho de Saraiva[7].

Este trajeto pela vida pública faz com que em junho de 1821, dissolvida a regência pelo regresso de D. João VI do Brasil, Saraiva seja nomeado Bispo Coadjutor de Coimbra. Em novembro do ano seguinte é eleito deputado às Cortes Ordinárias e, em fevereiro de 1823, estas elegem-no presidente. A 27 de Maio desse ano, a Vila-Francada derruba a Constituição de 1822, Saraiva era então já Bispo Conde de Coimbra, Reitor e Reformador da Universidade. O seu passado de liberal leva-o a um exílio por três anos no Mosteiro da Batalha. Outorgada a Carta Constitucional em 1826, retorna à vida política. É novamente eleito deputado às Cortes que, de novo, o escolhem para presidente. Quando em julho de 1828 D. Miguel dissolve o Parlamento, Saraiva é preso e desterrado para o mosteiro de Serra D'Ossa no Alentejo. Durará este exílio 6 longos anos.

Libertado em 1834, o rei D. Pedro nomeia-o Conselheiro de Estado. É eleito novamente deputado às Cortes às quais volta a presidir, entre julho e setembro desse ano. Após a morte de D. Pe-

[8] FERREIRA, ANTÓNIO, OP. CIT. P. 107.

[9] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 185-187.

[10] IDEM, *IBIDEM*, P. 192-193.

[11] RAMOS, LUÍS A. DE OLIVEIRA – *O CARDEAL SARAIVA*. PORTO, 1972, P. 296-297.

[12] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 50.

[13] IDEM, *IBIDEM*.

dro, D. Maria II nomeia-o ministro dos negócios do reino, cargo que exerce até 1835. A revolução de setembro do ano seguinte faz com que Saraiva, fiel aos princípios constitucionais, abandone todos os cargos. Alexandre Herculano segue-lhe o exemplo[8].

1. *A "livraria" de Frei Francisco de São Luís Saraiva*

A biblioteca do Cardeal Saraiva foi constituída por 2045 títulos. Desses, a maioria eram edições do século XVIII, seguidas pelos livros editados no século XIX, afinal foi na segunda metade de setecentos e na primeira de oitocentos que Saraiva reuniu a sua biblioteca. Contudo, importa salientar que, como bibliófilo que era, Frei Francisco comprou e reuniu mais de 300 títulos editados no século XVI. Não apresentavam a data de edição 387 obras. Deve salientar-se que era uma das maiores bibliotecas particulares portuguesas da época. A documentação que compulsamos, manuscrita pelo próprio Cardeal Saraiva, ou pelo seu irmão Luís Estanislau Saraiva, apresentava a livraria maioritariamente arrumada num *Index*, outra parte das obras num rol de impressos não incluídos no primeiro documento e ainda uma outra parte descrita num rol de livros manuscritos[9].

Mas olhemos a biblioteca do ilustre limiano sob o ponto de vista temático. O seu núcleo principal, era constituído por 1212 títulos e distribuía-se pelos livros de História, seguidos dos livros de Literatura, Ciências e Artes, Teologia, Jurisprudência e Poligrafia[10]. Sinais de que estamos em presença de um monge culto. Assim foi de facto, os 10 volumes das suas "Obras Completas", não deixam dúvidas. Trata-se de uma personalidade que se enraizou profundamente no período de transformação que a Europa do seu tempo conheceu, com reflexos entre nós. Frei Francisco leu bem os sinais da mudança que atingiam o velho continente.

1.1. *A cultura portuguesa*

No plano da cultura portuguesa, se não encontramos na sua livraria os textos medievos do cancioneiro de que foram cultores D. Dinis e o príncipe D. Afonso, as fontes clássicas inspiradoras do género, como a *Arte de Amar*, de Ovídio e a *Arte Poética* de Horácio, foram lidas por ele.

Na sua estante repousaram as crónicas do primeiro Guarda-mor da Torre do Tombo, Fernão Lopes, como a *Crónica do Infante D. Fernando*, por Frei João Álvares, ou a *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão. Neste último caso serviu-lhe a obra para criticar severamente o seu autor enquanto historiador, qualificativo que, no entender de Saraiva, não merecia, como expressou nas páginas da "Revista Literária".[11]

A *Crónica de D. João II*, de Garcia de Resende, também se encontrava entre os seus livros.

O humanismo renascentista português conseguiu prender a atenção de Saraiva, não fora ele, na sua ação político-ideológica, um concretizador dos caminhos apontados pelo

VIDA
DE DOM
JOAÔ DE CASTRÕ,
QUARTO VISO-REY DA INDIA.
Por JACINTO FREYRE DE ANDRADA.
NOVA EDIÇAÕ,
ACRESCENTADA DA VIDA DO AUTOR

PARIS.
Vendeſe EM LISBOA em caſa de DUBEUX,
Mercador de Livros.
M. DCC. LXIX.

RELACAÕ
DO
NAUFRAGIO
DA
NAO S. THOMÈ
Na Terra dos Fumos, no anno de 1589.
E dos grandes trabalhos que paſſou
D. PAULO DE LIMA
Nas terras da Cafraria athè ſua morte.

ESCRITA POR DIOGO DO COUTO
Guarda mòr da Torre do Tombo.
A rogo da Senhora D. Anna de Lima irmãa do dito D. Paulo de Lima no Anno de 1611.
Tom. II. V

FIGURA 1 E 2.
Folha de rosto das obras: *Vida de D. João de Castro*, por Jacinto Freire de Andrade e *Vida de D. Paulo de Lima* por Diogo do Couto

Renascimento a que o Iluminismo setecentista deu feição definitiva. De resto, foi temática que muito o interessou, ainda enquanto estudante na Universidade de Coimbra. É da autoria de Frei Francisco de São Luís o estudo comparativo entre as obras *Vida de D. João de Castro*, por Jacinto Freire de Andrade e a *Vida de D. Paulo de Lima*, por Diogo do Couto. Com este exercício concorreu ao concurso anual da Academia Real das Ciências, de 1792, que o tornaria merecedor da primeira medalha de ouro atribuída pela prestigiada instituição.[12] Importa ainda referir que o Humanismo português, resultou de uma observação privilegiada dos portugueses sobre o Homem. Tal olhar haveria de constituir mais tarde decisivo contributo para que Rousseau pudesse estribar o "mito do bom selvagem" e Montaigne tornasse patente uma nova experiência sobre o homem, enriquecida com os informes da obra de D. Jerónimo Osório, Bispo de Silves, *De Rebus Emmanuelis Regis*, traduzida para francês logo em 1580, que Saraiva também guardou nas suas estantes.[13]

[14] IDEM, P. 52.
[15] IDEM, P. 54.
[16] IDEM, P. 56.
[17] IDEM, P. 57.
[18] IDEM, P. 59.

[19] SOBRE FREI AMADOR ARRAIS E OS SEUS DIÁLOGOS MERECE REFERÊNCIA O RECENTE TRABALHO DE CARVALHO, JOSÉ CARLOS – *A EXEGESE BÍBLICA NOS DIÁLOGOS DE FREI AMADOR ARRAIS*, IN HUMANÍSTICA E TEOLOGIA 27:1 (2006), P. 3-15.

Frei Francisco de São Luís conheceu igualmente, através de um vasto conjunto de obras da sua biblioteca, a subordinação da atividade intelectual portuguesa de quinhentos à disciplina católica da Contra-Reforma, isto apesar de o Colégio das Artes, fundado depois de transferida a Universidade de Lisboa para Coimbra, no reinado de D. João III, ter contribuído, pelo saber de André de Gouveia, seu criador, incorporar o espírito da ala mais avançada do humanismo português. Saraiva possuía toda a obra de Sá de Miranda, como leu as Rimas do seu conterrâneo limiano Diogo Bernardes, representantes da obediência à Reforma Católica.[14] Repousaram na sua estante a obra de João de Barros, "*Chronica do Emperador Calrimundo...*", as *Décadas da Àsia* e os *Panegíricos* do mesmo autor. Também não se furtou a incorporar na sua livraria a influências trazidas ao pensamento português pela efervescência heterodoxa estrangeira. Vimos, entre outras, a *Chronica do rei D. Manuel*, por Damião de Góis. Leu André de Resende em *De Antiquitatibus Lusitaniae*, obra editada pela primeira vez em 1593, a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* e a *Vida do Infante D. Duarte*[15].

1.2. *Os novos horizontes geográficos e os livros*

A literatura portuguesa quinhentista refletiu os novos horizontes geográficos que Portugal deu ao mundo. Na livraria de Frei Francisco guardou-se, o *Naufrágio de Sepúlveda*, de Jerónimo Corte Real, a *Elegíada*, de Luís Pereira Brandão e as narrativas anónimas da *História Trágico Marítima*, reunidas e oferecidas ao rei D. João V, por Bernardo Gomes de Brito[16]. Não faltou a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, que Saraiva leu na edição de 1614, preparada em Lisboa por Pedro Craesbeeck, como a *História del Gran Reino de la China*, de Frei João Gonçalves e ainda a obra de Fernão Lopes de Castanheda *História do Descobrimento e Conquista da Índia*

AS OBRAS DO DOCTOR FRANCISCO DE SAA De Miranda.
Agora de nouo impressas com a Relação de sua calidade, & vida.
Com todas as licenças necessarias.
Por Vicente Aluarez. Anno de 1614.
Com Priuilegio Real por dez annos.
Domingos Fernandez liureiro.
Tayxada a 160. reis em papel.
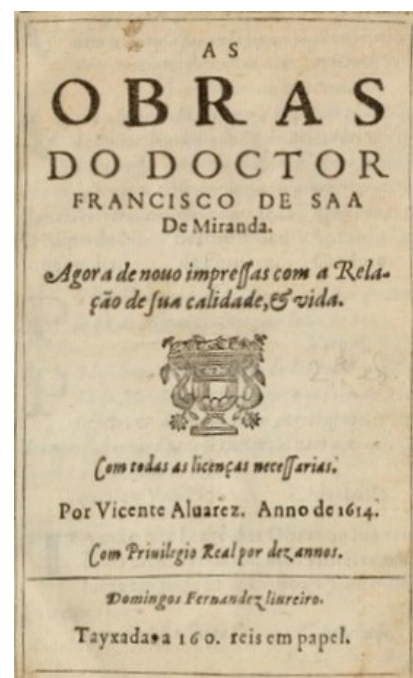
FIGURA 3.
Folha de rosto da edição das obras completas de Sá de Miranda
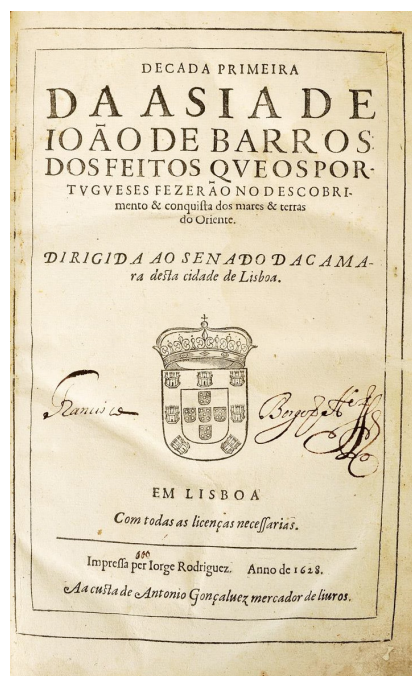
FIGURA 4.
Folha de rosto das *Décadas da Ásia* de João de Barros

pelos Portugueses, bem como *As Décadas da Ásia,* de Diogo do Couto, o continuador da obra de João de Barros[17].

Saraiva percorreu também a literatura religiosa quinhentista a começar na *Imagem da Vida Christam* de Frei Heitor Pinto. Continuou nos *Trabalhos de Jesus*, que o frade Agostinho, Tomé de Jesus, escreveu no cativeiro a que foi submetido na sequência de Alcácer Quibir[18]. Na mesma linha, leu *Chauleidos* e o *Compêndio da Doutrina Cristã*, de Diogo Paiva de Andrade e as obras dos irmãos Frei Amador Arrais[19] e Jerónimo Arrais. Compreendeu bem a hostilidade do Santo Ofício da Inquisição contra alguns destes escritores[20].

Após a Reforma Tridentina, a península Ibérica, transformou-se numa espécie de “Ilha da Purificação”. A autoridade da tradição católica acorrentou os espíritos, mas, o sábio não é mais o que sabe, mas o que indaga e investiga a raiz das coisas[21]. De facto, Francis Bacon, com o seu *Novum Organum Scientorum*, publicado em 1620, destrona os saberes aristotélicos e René Descartes, com o *Discous de la Methode*, dado à estampa em 1637, seguido pela edição de 1638 dos *Discorsi* de Galileu, obras marcadas pelo poder especulativo da razão já entregue a si própria, consubstanciada igualmente nas obras de Espinosa e Leibniz, abririam o caminho a uma nova forma de pensar. Porém, em Portugal, a ausência de corte, resultante da perda da independência e sequente união ibérica (1580) foi fator de arrefecimento da produção intelectual. O espartilho censório também não ajudou. A livraria do monge beneditino reflete isso mesmo. Ainda assim foi possível encontrar nela algumas obras que espelham uma nova visão no plano das doutrinas económicas, mais de acordo com a época. Lá estavam o *Sítio de Lisboa* de Luís Mendes de Vasconcelos que já se insere na literatura de cariz autonomista, estimulada pela situação política que então se vivia[22]. As obras de Manuel Severim de Faria, *Discursos vários Políticos*... ou *Notícias de Portugal*[23] não escaparam igual-

[20] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 60.

[21] GUSDORF, GEORGE – *DE L' HISTOIRE DES SCIENCES À L'HISTOIRE DE LA PENSÉE*, PARIS, 1966, P. 47.

[22] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 63.

[23] IDEM, *IBIDEM*.

mente à curiosidade de Frei Francisco de São Luís Saraiva.

O desbravar do caminho nos séculos XV e XVI, estimulado pelo Humanismo Renascentista português, conduziu diretamente ao conhecimento do mundo, aplicando princípios racionais, que obrigaram a lançar mão da experiência para confirmar os estímulos dos sentidos pelos fenómenos observados nas novas fronteiras que os portugueses foram desenhando. Daí, foi um passo ao questionar, por parte dos intelectuais do século XVII, o esquema aristotélico que São Tomás de Aquino cristianizou e que os inacianos adotaram.

Apesar de conhecedor destas transformações, Saraiva leu muito sobre a experiência da Companhia de Jesus e dos legados acerca na observação do ultramar. Por isso, encontramos na sua livraria as obras do Padre António Vieira (*Cartas*, *Sermões*, a *História do Futuro*, etc.)[24] como não deixou de ler outros livros que discutiam o legado literário de Vieira.

Frei Gaspar de São Bernardino e Frei António de Gouveia inserem-se na mesma linha de Vieira. O primeiro escreveu o *Itinerário da Índia por Terra...*, o segundo a *Jornada do Arcebispo de Goa D. Frei Aleixo de Menezes*[25].

1.3. *A literatura de carácter autonomista*

Já aqui afloramos o desenvolvimento da literatura de cunho marcadamente autonomista do século XVII português. Saraiva percorreu toda essa literatura. A título exemplificativo referimos a obra de António de Sousa Macedo *Flores de Espanha, Excelências de Portugal*, onde o autor, em 1637, exprime a Filipe IV algo que se pode traduzir da seguinte maneira: Espanha era, à época, a maior nação do mundo e Portugal a maior da Península![26]. Não lhe escapou a obra de Francisco Rodrigues Lobo e, em particular *Corte na Aldêa*, ou a *Elegíada* de Luís Pereira Brandão[27]. Não faltou na sua livraria a *Ulissea ou Lisboa Edificada*, poema épico do Dr. Gabriel Pereira de Castro, sobre a fundação da capital por-

Imagem da
VIDA CHRISTAM.
Ordenada per dialogos
como membros de
ſua compoſiçam.
O primeyro he da verdadeyra
philoſophia.
O ſegundo da religiam.
O terceyro da juſtiça.
O quarto da tribulaçam.
O quinto da vida ſolitaria.
O ſexto da lembrãça da morte.
Compoſtos per frey Hector Pinto.
frade Ieronymo.
Impreſſos em Coimbra per Ioão de Barreira.
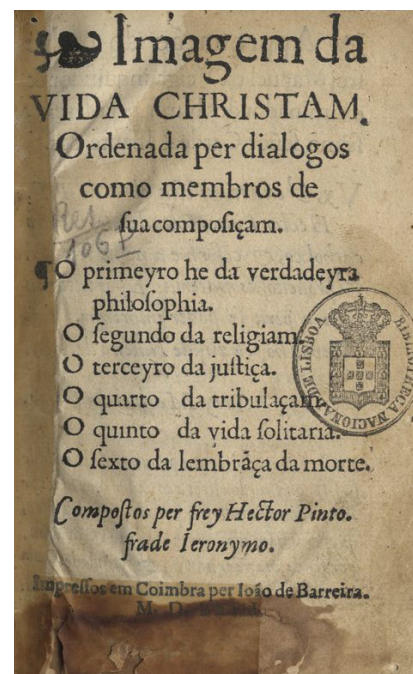
FIGURA 5.
Folha de rosto da obra *Imagem da Vida Christam* de Frei Heitor Pinto

[24] IDEM, P. 66.
[25] IDEM, P. 67.
[26] IDEM.
[27] IDEM, P. 68.

[28] IDEM.
[29] IDEM, P. 70.
[30] IDEM, P. 71.
[31] IDEM.
[32] IDEM, P. 68.
[33] IDEM, P. 70.
[34] IDEM.
[35] IDEM, P. 72.
[36] IDEM, P. 73.
[37] IDEM, P. 74.

tuguesa[28]. Na mesma linha de elevação das glórias portuguesas em defesa da autonomia do reino, contam-se as obras *Anacephaleose da Monarchia Lusitana*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos[29], como a *Monarchia Lusitana* e a *Geografia da Antiga Lusytânia*, de Frei Bernardo de Brito[30], autor que Saraiva também leu na *Chronica de Cister* e nos *Elogios dos Reis de Portugal*[31] até ao reinado de Filipe II.
Nesta mesma linha, possuiu um exemplar do poema heroico de Francisco Sá de Menezes, *Malaca Conquistada*, onde se anima a alma pátria, salientando o papel que Portugal desempenhou na defesa da fé cristã[32].
A propósito da fundação do reino, não prescindiu da leitura das *Anacephaleoses da Monarchia Portugueza* onde o seu autor, Manuel Bocarro Francez, assume o sonho do Quinto Império[33]. Saraiva leu atentamente a *Monarchia Lusitana* de Frei Bernardo de Brito, numa edição completada pelo monge cisterciense Frei António Brandão, em edição de 1690[34].
No contexto da historiografia portuguesa, não prenderam a sua atenção apenas os autores citados. Saraiva juntou nas prateleiras das estantes da casa onde viveu em Ponte de Lima as obras de Manuel de Faria e Sousa, de Frei Luís de Sousa e de D. Francisco Manuel de Melo. Do primeiro leu a *Europa Portuguesa*, o *Epitome das Histórias Portuguesas*, a Ásia Portuguesa, a África Portuguesa e a novela *Noches Claras Divinas e Humanas Flores*[35]. Da lavra de D. Francisco Manuel de Melo, leu as *Epanaphoras de Vária História Portuguesa*, o *Eco político en Portugal à la voz de Castilha*, que ofereceu a D. João IV e, claro está, a célebre *Carta de Guia de Casados*, bem como as Cartas Familiares, a *Aula Política, Curia Militar, epístola declamatória ao Príncipe D. Theodósio* e mesmo a obra *Apologos Dialogais*, publicada já depois da morte de D. Francisco. Sobretudo no *Guia de Casados*, bebeu os ensinamentos que o autor colheu, enquanto crítico dos costumes e observador da realidade, que ultrapassa as limitações da cultura livresca[36].

Na livraria de Saraiva repousaram igualmente alguns dos principais tesouros da literatura religiosa seiscentista. Lá estava a *Nova Floresta* do oratoriano Padre Manuel Bernardes de quem também leu *as Meditações dos Principaes Mysterios da Virgem Nossa Senhora* e bebeu os ensinamentos de *Luz e Calor*. Não prescindiu da leitura dos *Sermões e práticas*[37].

1.4. *Cultura Portuguesa setecentista*

Os ecos da cultura Portuguesa do século XVIII, ressumam igualmente da livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva que leu o Padre Rafael Bluteau, no *Vocabulário Portuguez e latino* e nas *Prozas portuguesas*. Bluteau mostrou-lhe a distância a que Portugal se encontrava da renovação científica transpirenaica. De facto, este autor já elogia o academismo presente na Sociedade dos Físicos da Inglaterra, do Colégio Experimental de Londres e da Sociedade Del Cimento, em Itália, mostrando ao

[38] IDEM, P. 76.
[39] IDEM, P. 82.
[40] IDEM, P. 81.
[41] IDEM, P. 83
[42] SILVA, INOCÊNCIO FRANCISCO DA – *DICIONÁRIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ*. LISBOA: IMPRENSA NACIONAL 1858, TOMO II, P. 406.
[43] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 87.
[44] IDEM, *IBIDEM*, P. 98.
[45] IDEM.
[46] IDEM, P. 102-103
[47] IDEM, P. 107.

monge Bento, os caminhos por onde Portugal deveria seguir[38].
Interessou-se igualmente pela obra dos inovadores e protegidos pela corte de D. João V, como Manuel de Azevedo Fortes e Jacob de Castro Sarmento. Já enquanto Historiador, o Cardeal Saraiva beneficiou das edições patrocinadas pela Academia Real da História, de Diogo Barbosa Machado, *História Genealogica da Casa Real Portugueza* e da *Bibliotheca Lusitana, Crítica e Chronologica*[39].
António Ribeiro Sanches, médico da corte da Rússia, foi lido no *Tractado da Conservação da Saúde dos Povos* e no *Methodo de Aprender a Estudar Medicina*[40].
Não prescindiu dos ensinamentos do diplomata D. Luís da Cunha, no seu *Testamento Político*.
Percebeu a oposição entre Oratorianos e Inacianos, ou seja, como à época se definiu, entre *Antigos e Modernos*, através da obra de Francisco José Freire, que adotou o pseudónimo de Cândido Lusitano, e Saraiva leu na sua *Arte Poética*[41], impressa na oficina de Francisco Luís Ameno, em 1759[42].
Todo o arsenal bibliográfico de Suporte à reforma dos estudos encetada pelo Marquês de Pombal na Universidade de Coimbra, a partir de 1772, também se encontrava na livraria de Saraiva. Vernei e o seu *Verdadeiro Método de Estudar*[43] e a *Recreação Filosófica* onde o padre Teodoro de Almeida mostra o seu apego à filosofia experimental. Não faltou um exemplar de *O Compêndio Histórico do Estado da Universidade no tempo dos Jesuítas e estragos por eles feitos nas ciências*[44], saído da *Junta de Providência Literária*, precioso instrumento sobre o que se devia expelir ou continuar a usar no Estudo português de Coimbra, completado com os *Estatutos da Universidade*, do Padre António Pereira[45]. Enquadrando a reforma dos estudos, Saraiva procurou ler igualmente os Livros do Bispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo, sobretudo os que publicou como planos de estudo para o ensino propedêutico da Universidade na *Ordem Terceira de São Francisco*[46], como não prescindiu de possuir toda a obra pastoral do arcebispo de Évora e grande contribuinte para a fundação da Biblioteca Nacional Portuguesa.
Já mais para o final do século, a crença ilimitada do pensamento racional a que alguns chamam de "endeusamento da razão" é contrabalançada pelo ceticismo de outros que dão voz a expressões estéticas que pretendem mostrar a importância dos dados da sensibilidade para compreender o todo. O Romantismo, também deixou marcas nas prateleiras de Saraiva que conheceu a literatura neoclássica portuguesa e os reflexos daquele movimento na literatura nacional, trazidos pela entrada das obras de Thompson, Youg, Lord Byron, Guessner e Klopstock. Temos a certeza de que leu a poesia do britânico Gray, igualmente representante do movimento pré-romântico[47]. Possuía os 11 volumes das obras completas de Filinto Elísio, bem como as traduções que fez das *Fábulas* de La Fontaine e dos Mártires de *Chataubriand,* bem como a obra em prosa do Padre Francisco Manuel do Nascimento, onde se incluíam as suas reflexões

[48] SILVA, INOCÊNCIO FRANCISCO DA – *DICIONÁRIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ*. LISBOA: IMPRENSA NACIONAL, 1858, TOMO II, P. 454-455.

[49] BASTOS, JOSÉ TIMÓTEO DA SILVA – *HISTÓRIA DA CENSURA INTELECTUAL EM PORTUGAL (ENSAIO SOBRE A COMPREENSÃO DO PENSAMENTO PORTUGUÊS)*. COIMBRA, 1926, P. 286.

“ *Valorizando todos os cuidados postos na organização da vigilância censória, parece que as muralhas erigidas não foram suficientes para travar os espíritos mais inquietos.* ”

sobre D'Alembert[48]. Não faltaram também as *Rimas* de Barbosa du Bocage, obra que, pelo menos em algumas passagens, foi objeto de censura[49].

2. *Livros proibidos*

O conjunto dos livros de Frei Francisco de São Luís atravessou períodos importantes da censura em Portugal. Desde a chamada *Censura Inquisitorial*, à censura do período pombalino, ou *Censura Laica*, passando pela *Censura Censurada* com o advento da *Real Mesa da Comissão Geral sobre o exame e censura dos livros* (1787). Valorizando todos os cuidados postos na organização da vigilância censória, parece que as muralhas erigidas não foram suficientes para travar os espíritos mais inquietos. No período em que Frei Francisco de São Luís Saraiva reuniu a sua “livraria” (1785-1823), o ambiente censório caracterizava-se pelo predomínio de laicos entre os membros das mesas encarregues do exame de livros, com exceção dos anos de 1785-1793, período durante o qual se percebem indícios do regresso à censura inquisitorial e se verifica um abrandamento no carácter marcadamente repressivo da primeira fase do funcionamento da censura prévia, notado a partir da criação da *Real Mesa Censória* em 1768. As preocupações, até aquela data, mais marcantes relativamente aos escritos versando matéria religiosa, passaram a privilegiar os livros cujo conteúdo se enquadrava nas vertentes filosófica e política, tudo a par de um relaxamento da vigilância, forçado pelo próprio crescimento do número de edições, por si só, um obstáculo ao aturado trabalho de análise que é possível constatar em períodos anteriores. Esse abrandamento é particularmente sentido no tocante às edições estrangeiras, algumas vertidas em língua portuguesa, que, no virar da centúria, entram em Portugal em número elevado, pelo recurso aos mais variados artifícios.
Entre as edições portuguesas que

Frei Francisco, não deixou de ler, usando para tanto a prerrogativa que lhe conferia a qualidade de docente da Universidade de Coimbra (1792) merecem destaque, no capítulo da teologia mística e ascética, o livro do padre João Rebelo a *História dos Milagres do Rosário, e de muitas e diversas devoçoens, e serviços, que Santos, e pecadores Jizeraõ à Santíssima Virgem Maria, e a Jesu Christo Nosso Salvador, pelas quaes receberão grandes bens teinporaes. e espiriluaes; provados todos com milagres, e cazos estranhos, que acontecerão, e facilmente se podem fazer*[50]. Suprimido pela Real Mesa Censória em I77I[51]. A supressão assentou em dois fatores, o facto de o seu autor ser membro da Companhia de Jesus e de o seu conteúdo integrar matéria supersticiosa.

Ainda neste capítulo, Frei Francisco de São Luís, não deixou certamente de ler a obra que surge no catálogo da sua biblioteca apenas sob a designação através da qual se tornou mais conhecida: *Mística Cidade de Deus*, que correu sob o longo título de *Maria Santíssima. Mystica Cidade de Deos, Breve Compendio da Vida. e Mystérios de Maria, (pie na obra da Venerável Madre Soror Maria de Jesus de A greda se contém, recopilaçam das mesmas obras, que traduzidas em língua portugueza. inclui summariamente as virtudes, dons e graças com que o Eterno Pay honrou neste mundo a Trindade Soberana de Jesu Maria José a quem as offerece, as consagra e dedica hum seu devoto natural de Lisboa, acrescentado nesta impressão com o itinerário da Terra Santa*, obra impressa pela primeira vez em Lisboa, em 1685, após ter sido proibida de circular em Espanha pelo Santo Ofício da Inquisição no ano de I68I. Entre nós foi suprimida em setembro de 1770[52].

De Frei Amónio do Rosário, leu a *Carta de Marear*[53], proibida por sentença da Real Mesa Censória de 1769, juntamente com outras obras do autor, embora permitida a pessoas privilegiadas. A *Apologia a Favor do Padre António Vieyra (...) porque se desvanece e convence o tratado que com o nome de Crisis escreveo contra ella a rev.da D, joanna Ignez da Cruz. religioza de S. Jenmimo da Província do México*[54], da autoria da Madre Soror Margarida Inácia, um exemplar da teologia parenética e homilética, editado em Lisboa, em 1727, conta-se também entre os livros que Saraiva reuniu.

Enquadrado na literatura de intuitos nacionalistas, mas proibido, a *Restauração de Portugal Prodigiosa Offerecido ao Senhor Rei Dom João IV*, da autoria de outro Jesuíta, o padre João de Vasconcelos, foi também lida por Saraiva, apesar de suprimida pela Real Mesa Censória em julho de 1768[55], por de se tratar de um dos mais sólidos fundamentos cm que se estribavam aqueles que, durante o século XVII, esperavam o regresso do Rei D. Sebastião, animados de inabalável crença nas profecias que recheiam o texto, todo ele tentativa manifesta de cimentar a fé dos portugueses na restauração de 1640. D. João IV. é aí apresentado como o verdadeiro «encoberto», predestinado por Deus a servir o reino, ao mesmo

[50] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 135.

[51] MARQUES. MARIA ADELAIDE SALVADOR – *A REAL MESA CENSÓRIA E A CULTURA NACIONAL. ASPETOS DA GEOGRAFIA CULTURAL PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII.* COIMBRA, (S.N), 1963, P. 185.

[52] IDEM, *IBIDEM*, P. 119.

[53] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 136.

[54] IDEM, *IBIDEM*, P. 137

[55] MARQUES. MARIA ADELAIDE SALVADOR – *A REAL MESA CENSÓRIA E A CULTURA NACIONAL. ASPETOS DA GEOGRAFIA CULTURAL PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII.* COIMBRA, (S.N), 1963, P. 120.

tempo que afasta a dominação castelhana[56]. Damião Peres, classificou este livro, na nota prévia à reedição de 1939, por ocasião das comemorações dos trezentos anos do afastamento da dominação filipina, como uma excelente crónica da restauração e uma das mais vivas expressões do nacionalismo português seiscentista. Contudo, muito embora o seu autor prometa o uso da verdade em tudo quanto nela se relata e manifeste intenção de guardar respeito às determinações papais no que toca ao expurgo da literatura fantasiosa, predestinaria e visionária, não deixou de recorrer ao "prodígio" e à "superstição".

No campo da História, assunto que, já o referimos, muito interessou Saraiva, a sua livraria contou com um exemplar dos *Discursos sobre História Eclesiástica*[57], do Abade Fleury, edição de Lisboa, 1773. O autor fez parte da "petite cour" de Bossuet[58]. Os revedores da Real Mesa Censória classificaram este livro como uma obra menor, mas, análise mais atenta do seu conteúdo, coloca-nos perto dos motivos da relutância quanto à sua livre circulação e simultaneamente das correntes de opinião com que Saraiva ia tomando contacto. No primeiro dos discursos em que o texto se encontra repartido emerge a posição crítica de Fleury sobre a falsidade de algumas relíquias, a denúncia da superstição e da riqueza material da Igreja, perigos sérios para a corrupção dos costumes e incontinência do clero[59]. Os textos do abade francês, deixam transparecer uma exegese sagrada que não prescinde da boa razão, posição também partilhada pelo Cardeal Saraiva.

Foram muitas as edições estrangeiras proibidas de livre curso em Portugal. Sob o pomo de vista temático, as 49 obras nestas condições que encontramos na livraria de Frei Francisco Saraiva, distribuíam-se, em maior número, pelo grupo ciências e artes, o que mostra o interesse votado à leitura das novidades literárias mais representativas da evolução do pensamento setecentista, impedidas de livre circulação cm Portugal.

Destacamos as obras de filosofia racional. Os livros que se referem às inovações no campo do pensamento económico, que aparecem em segundo lugar, seguidos de perto pelos que integram matérias relativas a educação e política. A filosofia moral e a medicina, embora em posição minoritária, também se encontravam entre a literatura estrangeira proibida que Saraiva reuniu.

Procuraremos deixar aqui um olhar mais próximo dos títulos mais significativos da busca da novidade literária a que o monge beneditino associa o gosto do bibliófilo, consubstanciado numa evidente preferência pelas primeiras edições que pudemos constatar na análise global do corpus bibliográfico que reuniu.

A filosofia das luzes aparece bem representada pela obra maior de John Locke, um dos mestres do pensamento setecentista, que dividiu com Newton a tarefa de transformar os quadros de pensamento, bem como da própria conceção do mundo. La estava um exemplar de *De Inielectu Humano*, edição de Londres, I70I[60]. Com efeito, a pro-

[56] SILVA, INOCÊNCIO FRANCISCO DA – *DICIONÁRIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ*. LISBOA: IMPRENSA NACIONAL, 1858, TOMO IV, P. 46.

[57] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 141.

[58] CALVET, J (DIR.) – *HISTOIRE DE LA LITTÉRARURE FRANÇAISE – LA LITTÉRATURE RELIGIEUSE – DE FRANÇOIS DE SALES À FÉMELON*. PARIS, 1938, P. 466.

[59] FLEURY, ABBÉ – *DIRCOURS SUR L'HISTOIRE ECCLESIASTIQUE*. PARIS, (S.N.) 1763, P. 86.

[60] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 146.

fundidade reflexiva de Locke, ultrapassa o inatismo cartesiano, tornando extensiva a crítica racional à religião e à organização política nos seus *Tratises of Gouvemement* 1690) eram matérias cuja divulgação não interessava às componentes laica e religiosa da censura intelectual pombalina. Da sua leitura, Saraiva soube tirar proveito, cita-o, com frequência, nas páginas das suas *Obras Completas*.

O *Dictionnaire Historique et Critique*, de Pierre Bayle, obra mais importante do filósofo francês, que Voltaire, reconheceu como precioso contribuinte para a moldagem do pensamento crítico das luzes, também foi livro de consulta por parte de Saraiva[61] que igualmente olhava com frequência as páginas do *Dictionnaire Philosophique* de Voltaire, editado em Amesterdão, em 1789[62].

Saraiva leu ainda Boulanger *L'antiquité Devoillé au Moyan de la Genèse Source et Origine de la Mythologie et des Cultes des Payens*, também numa edição de Amesterdão, 1777[63], suprimido pela Mesa Censória desde Setembro de 1770[64], obra classificada, juntamente com outros livros interditados na mesma altura, como "abomináveis produções da incredulidade, e libertinagem de homens tão temerários, e soberbos que se denominam espíritos fortes, e se atribuem o especioso título de filósofos".[65] De facto, nesta obra questionou-se a criação do mundo tal qual é descrita no Livro do Génesis, contrapondo-se-lhe a busca de uma resposta a partir da filosofia racional, numa altura em que a matéria em análise parecia caber em exclusivo à revelação.

As obras completas de Helvetius[66] que constam em quarto lugar na lista de compilações, no catálogo das obras de filosofia interditas à livre circulação, organizado por Robert Darnton, com base no número de encomendas recebido pela Société Typographique de Neuchâtel[67]. Deste autor integraram a livraria de Frei Francisco outros título condenados à fogueira pública, como *Le Vrai Sens du Système de la Nature*, classificada como uma das obras em que o espírito dos filósofos libertinos, "derramou o veneno todo da sua abominável seita"[68]. O mesmo sucedeu com *De L'Esprit* (1758), suprimida no ano de 1775 e que obteve sucesso de escândalo, enquanto versão radical do ateísmo.

Rousseau, encontra-se bem representado na livraria do monge beneditino. Saraiva possuiu as suas obras completas, editadas em Paris, 1757. Ao lê-las, conheceu de perto as ideias políticas do autor, patentes no *Contrat Social*, bem como a feição pragmática da sua aplicação nas *lettres à M. Buttafuoco sur la législation de la Corse* (1765) e nas *Considérations sur le Gouvernement de la Pologne et sur sa reformation*. O interesse de Frei Francisco de São Luís pelas obras de Rousseau parece ter sido significativo, ao ponto de incluir na sua biblioteca, uma edição do *Discours sur l'Inégalité Parmi les Hommes*, precisamente a primeira edição de Drosde, 1755[69]. Aqui Saraiva percebeu o alcance sociológico da obra do filósofo francês. O tema de fundo desta obra é o da «bondade natural» e do «regresso à natureza», não no sentido de "...

[61] IDEM, *IBIDEM*, P. 147.

[62] IDEM, P. 148.

[63] IDEM, P. 150.

[64] MARQUES. MARIA ADELAIDE SALVADOR – *A REAL MESA CENSÓRIA E A CULTURA NACIONAL. ASPETOS DA GEOGRAFIA CULTURAL PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII*. COIMBRA, (S.N), 1963, P. 131.

[65] FERRÃO. ANTÓNIO – *A CENSURA LITERÁRIA DURANTE O GOVERNO POMBALINO*. COIMBRA. 1927. P. 353.

[66] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 150.

[67] DARNTON. ROBERT – *ÉDITION ET SÉDITION, L'UNIVERS DE LA LITTÉRATURE CLANDESTINE AU XVIIE SIÈCLE*. PARIS: GLLIMARD, 1991, P. 220, ESTE POSICIONAMENTO NA LISTA MOSTRA A IMPORTÂNCIA ALCANÇADA PELA OBRA FILOSÓFICA DE HELVETIUS EM TODA A EUROPA. DE RESTO O AUTOR APARECE MESMO EM PRIMEIRA POSIÇÃO NA LISTA DE TRATADOS DE FILOSOFIA MAIS ENCOMENDADOS.

[68] BASTOS, JOSÉ TIMÓTEO DA SILVA – *HISTÓRIA DA CENSURA INTELECTUAL EM PORTUGAL (ENSAIO SOBRE A COMPREENSÃO DO PENSAMENTO PORTUGUÊS)*. COIMBRA, 1926, P. 179-180.

[69] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 151-152.

[70] TOUCHARD, JEAN – *HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS*. MEM MARTINS: PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA, 1991, VOL. II, P. 206.

[71] ROUSSEAU. JEAN JACQUES – *DISCURSO SOBRE A ORIGEM E OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS*. TRAD, DE JOSÉ PECEGUEIRO. PORTO: 1964.

[72] TOUCHARD, JEAN – *HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS*. MEM MARTINS: PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA, 1991, VOL. II, P. 206.

[73] SOBOUL, ALBERT, LEMARCHAND. GUY, FOGEL, MICHÈLE – *LE SIÉCLE DES LUMIÈRES*. PARIS: PRESSES UNIVERSITAIRES DE FRANCE (PUF), 1977, VOL. I, P. 512.

[74] VER A ESTE PROPÓSITO O TRABALHO DE PINA, ANA MANA FERREIRA – *DE ROUSSEAU AO IMAGINÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 1820*: LISBOA, 1988.

[75] CARDOSO, ANTÓNIO BARROS – *LER NA LIVRARIA DE FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA*. PONTE DE LIMA: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, 1995, P. 154.

[76] MARQUES. MARIA ADELAIDE SALVADOR – *A REAL MESA CENSÓRIA E A CULTURA NACIONAL. ASPETOS DA GEOGRAFIA CULTURAL PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII*. COIMBRA, (S.N), 1963, P. 139.

[77] HERR, RICHARD – *ESPANA Y LA REVOLUTIÓN DEL SIGLO XVIII*. MADRID, 1964. P. 58.

[78] LISBOA, JOÃO LUÍS – *CIÊNCIA E POLÍTICA. LER NOS FINAIS DO ANTIGO REGIME*. LISBOA: INIC-CENTRO DE HISTÓRIA DA CULTURA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, 1991, P. 95.

queimar as bibliotecas e voltar a viver com os animais" explicou Rousseau, mas de procurar ir ao encontro da felicidade humana a partir da construção de uma política nova, assente no princípio de que "a sociedade natural é natural à espécie humana"[70]. Para tanto, o autor procurou estudar o homem original, as suas necessidades, princípios fundamentais e deveres, para atingir a origem das desigualdade moral, os verdadeiros fundamentos do corpo político[71]. Ao ler esta obra. Saraiva para além de atentar no brilhante paradoxo que Rousseau salienta "o homem é naturalmente bom, é a sociedade que o perverte", percebeu o conflito entre pobreza e sociedade que lhe subjaz, quando o autor mostra que o homem se tem servido da propriedade privada para dominar o seu semelhante, ideias que conferem a este trabalho assentos pré-marxistas, de resto, sublinhados por Engels, embora Rousseau não tivesse advogado a abolição da propriedade privada ou a renúncia ao progresso[72]. As ligações que este importante nome das luzes estabeleceu entre a ordem jurídica e a ordem moral, a partir do princípio de que a verdade geral nela se exprime, que o colocam em confronto com a doutrina da Igreja que considera que a ordem moral tem Deus como princípio e fim, foram também objeto de reflexão para Saraiva[73]. Apesar de muitas vezes não ter sido expressamente citado pelos mais inflamados oradores na defesa da regeneração da sociedade portuguesa, em bases novas, após 1820, o pensamento do filósofo francês serviu-lhes não poucas vezes, de suporte[74].

Saraiva leu igualmente *La Logique ou les Premiers Développements de L'Art de Penser*, de Étienne Bonnot de Condillac, edição de Paris, 1802[75]. Todos os livros deste nome grande da filosofia das luzes, foram impedidos de circular livremente, por determinação da censura portuguesa[76]. A Lógica, embora não seja a obra mais famosa de Condillac , resume toda a sua filosofia, célebre por ter levado a epistemologia de Locke ao extremo de acreditar que todos os conhecimentos, juízos e paixões, não eram mais do que manifestações diversas da sensação[77]. A questão do método de Condillac relacionada com a do processo do conhecimento foi abordada com vivacidade entre nós por Silvestre Pinheiro Ferreira, que lhe critica, o rompimento com o saber clássico e o carácter exclusivo que o abade francês conferiu ao conhecimento indutivo. Frei Francisco de São Luís esteve atento a esta novidade e, por certo, acompanhou a polémica que acerca desta obra se instalou no meio intelectual português coevo[78].

Saraiva leu também um exemplar do *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de L'Esprit Humain*, de Condorcet, editado em Paris, em 1797 e suprimido pela censura portuguesa, em 1802, por motivos óbvios. É que, do curriculum do seu autor constava empenhada participação no processo revolucionário francês de 1789, o que o conduziria mais tarde (1792) à assembleia nacional daquele país, acabando, após a queda dos girondinos, como vítima

[79] TOUCHARD, JEAN – *HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS*. MEM MARTINS: PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA, 1991, VOL. II, P. 221.

"*Saraiva não prescindiu do contacto com as novidades no pensamento aplicadas à ciência médica, patentes em obras tão interessantes quanto controversas e polémicas para a época em que foram escritas.*"

da evolução dos acontecimentos. Aqui, Condorcet caracterizou, melhor que qualquer outro, o ideal e o combate dos filósofos do século das luzes ao dividir a história da evolução do espírito humano em 10 épocas, a última das quais incorpora todo o seu otimismo relativamente à evolução da espécie humana, escorando-se no facto de, apesar de conhecidos retrocessos nas nove épocas anteriores, estes não terem conseguido inviabilizar o balanço positivo da evolução da humanidade. Na perspetiva maniqueísta do seu sistema, o bem sai vencedor. Para ele a revolução francesa tinha sido o resultado e não o términus do progresso humano[79].

Os livros interditos pela censura, cujo conteúdo versa alguns aspetos do pensamento económico setecentista, também interessaram Frei Francisco de São Luís. Destacamos, a título exemplificativo, a obra maior de Adam Smith, *Ensaio Sobre a Riqueza das Nações* que Saraiva leu numa tradução espanhola, editada em Valladolid. Através dela tomou conhecimento do esforço do economista escocês na observação das leis responsáveis pela distribuição natural da riqueza das nações pelos diferentes grupos sociais que as integram, por certo a parte mais difícil e controversa da ciência económica e política.

Igualmente relevante no avanço da moderna economia política foi o tratado de Etienne Bonnot de Condillac *Ie Commerce et le Gouvernement Consideres Relativement de L'un à L'autre*, editado em Amesterdão, em I776.

Saraiva não prescindiu do contacto com as novidades no pensamento aplicadas à ciência médica, patentes em obras tão interessantes quanto controversas e polémicas para a época em que foram escritas. Foi o caso da obra *Rapports du Physique et du Moral de l' Homme*, principal trabalho do médico e pensador francês Pierre Jean Georges Cabanis, livro mandado apreender pela censura portuguesa em julho de I806.

Interessaram também o monge beneditino os escritos interditos que abordaram novas perspetivas de encarar a pedagogia. Entre outros,

Saraiva leu o romance de Jean Jacques Rousseau *Emile ou L' Education*, obra onde se advoga uma pedagogia não dogmática, mas natural, que permitisse o desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Apesar de não ter partilhado totalmente do otimismo do século, ao culpar a sociedade enquanto fator de corrupção do individuo, Rousseau defendia uma educação apropriada, que separasse as crianças das influências nefastas do grupo, por forma a desenvolverem a sua inteligência a partir da observação e da experiência, conservando desta forma, a bondade natural. Igualmente integrada na chamada pedagogia das luzes, merece referência um exemplar da obra *Cours d'Etudes Pour L' Education du Prince de Parme*, de Etienne Bonnot de Condillac, edição de Genéve, 1789, que o monge bento também leu.

Saraiva cultivou o gosto pela política, não apenas como prática, mas já como ciência. Por isso, neste capítulo, não se escusou de ler as *Lettres du Roy Prousse Frederic II*. Dele conheceu também o seu pensamento político, tanto mais que possuiu a sua obra mais importante neste campo: *Anti-Maquiavel*, uma tradução portuguesa, editada em Lisboa, em I796, escrito em que se recusa a astúcia, a intriga e a perfídia no exercício do poder, bem como a ideia veiculada por Niccòlo Maquiavel, de que o poder se deve manter a qualquer preço, contrapondo-lhe a divisa do despotismo esclarecido de que o "príncipe devia ser o primeiro servidor do Estado".

Na mesma corrente do pensamento político setecentista, inscreve se a obra *Administração do Conde de Oeiras*, editada em Amesterdão, em 1768. Certamente que Saraiva colocou cm contraste os dois textos citados em último lugar com as obras completas do Abade Mably, que leu em edição londrina de I789 - *Droits et Devoires du Citoyen*, onde se critica manifestamente o despotismo esclarecido.

Como bom teólogo que foi, Saraiva tomou contacto com os muitos escritos polémicos sobre a matéria. Leu Richard Archdekin, Joanis Laurentii Berti, teólogo e historiador, professor de história eclesiástica na universidade de Pisa, possuiu a obra em 5 volumes, *De Locis Theologicis*, edição de Bassni, 1777, também interdita pela censura portuguesa, em junho de 1797. De Simon-Nicholas Henri Linguet, Saraiva leu o *Essai Philosophique sur le Monachisme*. editado em Paris, em 1755, obra que figura em primeiro lugar no capítulo das obras polémicas sobre religião da já citada lista de encomendas da *Société Typographique de Neuchâtel* e onde se analisa, de forma muito crítica, a existência do monaquismo. No grupo de teologia polémica e dogmática, leu *Recherches Philosophiques Sur Les Preuves du Christianisme*, da autoria do físico-naturalista, Charles Bonnet, edição de Amesterdão, I783. Bonnet investigou aqui a doutrina cristã da revelação, mas a fama que alcançou está mais diretamente relacionada com o contributo que deu ao avanço da medicina, já que, em meados do século, animou, enquanto partidário da teoria da pré-existência dos gérmenes, a discussão cientí-

fica em torno da geração. As suas obras, não se estranha, foram por isso proibidas pela censura, em outubro de 1801.

Na livraria de Saraiva, encontravam-se também os livros que discutiam a igreja protestante. Leu o *Essai Historique Sur les libertes de L'église Galicane*, do abade revolucionário francês, Henry Gregóire, e o *Trattato Slorico-Dogmálico-Critico Delle Indulgente* e o *Traité de la Morale des Pérès de l'Eglise*, edição de Amesterdão, de Jean Barbeyrac.

Não prescindiu igualmente dos livros de Jeremias Bentham (1748-1832) que se distinguiu pela sua dedicação à filosofia moral a ao direito. Leu também *De Arte Amandi*, de Ovídio, proibido pela Real Mesa Censória, com o seguinte comentário dos censores "o seu assumpto está per si mesmo persuadindo que se suprima", como leu Guarini, no *Pastor Fido*.

A terminar

Como nota final, diremos que não se esgotam nestas linhas os considerandos sobre os livros que Saraiva ousou ler, no caso dos livros proibidos, ou daqueles que ajudaram a dar corpo a uma forte compleição cultural que o monge beneditino adquiriu ao longo da sua existência. Os exemplos apontados aqui servem apenas para ilustrar a constatação de que a forte estrutura moral católica, a que Saraiva soube associar uma consciência liberta de barreiras habitualmente erigidas pelas ideologias, pelas crenças ou pela condição sócio funcional, não o coibiram de conhecer, de perto, argumentos contrários, através do recurso aos escritos dos autores protestantes e de livres pensadores, cujas obras foram banidas em Portugal.

Os autores proibidos representados, ao mesmo tempo que mostram a ação obstrutiva da censura à penetração de tudo o que fosse suscetível de potenciar a divulgação no país do pensamento iluminista, mostram igualmente que as preferências de Saraiva, se inclinaram precisamente em sentido contrário, ou seja, no do enriquecimento e formação do seu próprio espírito, tomando contacto com material que viria a deixar marcas profundas no homem, no religioso e no intelectual que anunciou a Lisboa a alforria de Portugal.

Por isso, fica-nos a convicção de que os livros que reuniu e por certo não deixou de ler, constituíram sério contributo para o despontar do político hábil, cauteloso, equilibrado, moderador e do eclético homem de cultura, predicados que transparecem da sua obra literária e da postura e ação na vida pública nacional, sobretudo em defesa dos ideais liberais que ajudou a fazer vingar, após 1820.